



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 5 de abril de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO RESULTADOS AINDA FRÁGEIS DO NOSSO COMÉRCIO EXTERNO	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Mantega confirma medidas para o câmbio.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PORTOS DO NORDESTE E NORTE EXPORTAM MAIS	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO BNDES ESTUDA PARCERIAS PARA ACELERAR LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FUNDO AMAZÔNIA	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO BRASIL QUER PARCERIA MAIOR COM A CHINA PARA CONSTRUIR SATÉLITES.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO SETORES DE PRODUÇÃO PADRONIZADA DEMITEM E IMPORTAM DA CHINA	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO CHINA AVANÇA EM NOVOS SETORES E DESTRÓI EMPREGOS.....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO AGÊNCIA ELEVA NOTA DO BRASIL.....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dólar testa novo piso.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL DESONERAÇÃO PODE REDUZIR PREÇO DO TABLET BRASILEIRO EM MAIS DE 30%.....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL EXPECTATIVA DE SALDO DA BALANÇA COMERCIAL MELHORA, INDICA BANCO CENTRAL.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO RESULTADOS AINDA FRÁGEIS DO NOSSO <u>COMÉRCIO EXTERNO</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com um saldo de US\$ 3,173 bilhões, o resultado da balança comercial foi muito positivo no primeiro trimestre: aumento de 259,8% sobre o mesmo período do ano passado. A média por dia útil das **exportações** cresceu 28,5%, mais do que a das **importações** (23,3%), revertendo a tendência do ano anterior. Mas não se pode omitir a vulnerabilidade desse resultado.

Do lado das **exportações**, há que se levar em conta o aumento da participação dos produtos básicos, que passa de 39,4%, em 2010, para 44,5%, neste ano, ao passo que a de produtos manufaturados cai de 43,8% para 39%. Já a participação dos semimanufaturados, muitos dos quais estão na fronteira dos básicos, fica praticamente igual.

Não há o que criticar nesse fato, mas apenas observar as razões da expansão das vendas de produtos básicos num momento em que os países do mundo ocidental estão atravessando uma forte queda das suas atividades. Verificamos, na prática, que nossas **exportações** estão aumentando especialmente para a Ásia (26,1%) - e mais da metade para a China -, enquanto para os outros blocos econômicos elas ficam estáveis ou caem (caso dos EUA). Ocorre que os países asiáticos, em fase de **desenvolvimento** acelerado, precisam de nossas matérias-primas e aceitam pagar

preços elevados por elas enquanto estão numa fase de grande expansão. Isso se traduz por uma forte elevação de preços. Em março os preços do minério de ferro apresentavam elevação de mais de 122,8%, em relação ao mesmo mês do ano passado. Trata-se de um caso excepcional, que representou 15,9% do total das **exportações**. Em outras commodities, subiram mais de 20%.

Numa perspectiva de longo prazo, podemos imaginar que iremos **exportar** petróleo bruto a bons preços, dadas as tendências atuais. Mas, levando em conta os custos de extração desse óleo no pré-sal, o valor adicionado não será muito compensador. E a economia chinesa está condenada a afrouxar seu ritmo de crescimento, fato que teremos de sentir.

Assim, seria de bom alvitre enfrentar com maior seriedade a pauta das **importações** do País. No primeiro trimestre, a maior participação foi de matérias-primas e bens intermediários (45,7%). Dependemos demais de bens intermediários **importados** a preços muito menores que os da nossa indústria. É preciso enfrentar esse problema para aumentarmos a **produção** interna de bens de consumo duráveis e, assim, reduzirmos suas **importações**, que representam 10,6% de nossas compras.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega confirma medidas para o câmbio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro comemora elevação da nota pela Fitch, mas diz que País vai atrair mais dólares e que o governo "" seguirá tomando medidas""

Eduardo Rodrigues e Fabio Graner / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Apesar de mostrar contentamento com o aumento da nota do Brasil pela agência de classificação de risco Fitch, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que essa situação deve estimular ainda mais a entrada de dólares, o que no momento é um problema.

Mantega admitiu que o governo continuará tomando medidas para conter o excesso de entrada de dólares, que tem levado à valorização do real e minado a competitividade do setor exportador nacional, além de tornar mais dura a concorrência interna com importados.

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse ontem por meio de nota à imprensa que a decisão da Fitch de elevar a nota do Brasil foi "um reconhecimento da consistência da política econômica ao longo dos anos e da melhora dos seus fundamentos alcançada por meio das políticas de meta de inflação, câmbio flutuante, acúmulo de reservas internacionais, responsabilidade fiscal e solidez do sistema financeiro".

De acordo com Tombini, a boa notícia, contudo, não reduz a "determinação do BC em continuar trabalhando para que os avanços obtidos até agora continuem a ocorrer em um ambiente econômico de estabilidade monetária e solidez financeira".

Medidas. A declaração de Mantega confirma as informações que circularam nos bastidores no fim da semana passada, de que novas iniciativas para conter a alta do real estão sendo preparadas. No fim de março, o governo elevou para 6% o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos empréstimos de até um ano tomados no exterior por empresas e bancos. A medida,

no entanto, não conseguiu frear o fortalecimento do real, que se acelerou na quinta-feira e sexta-feira e levou o dólar a R\$ 1,61.

O problema é que à medida que ações são anunciadas pelo governo, o repertório de política econômica diminui e mesmo assim o dólar continua caindo em relação ao real, reforçando a preocupação do governo.

Para enfrentar o problema, o governo pode promover uma nova rodada de aumento de IOF, seja para aplicações no mercado financeiro, seja para empréstimos tomados no exterior. Além de mexer na alíquota do imposto, o governo poderia estender a tributação maior para empréstimos com prazos superiores a um ano. O governo pode ainda acionar o Fundo Soberano do Brasil (FSB) para comprar dólares.

"Câmbio simultâneo". Ontem, no fim do dia, o Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciou uma medida para evitar dribles na taxa de 6% dos empréstimos externos de até um ano.

A iniciativa exige que se faça um "câmbio simultâneo" de entrada e saída de recursos em operações de renovação ou renegociação dos termos de empréstimos externos e também quando alguém assume dívida externa de outro. Assim, em operações de até um ano, os 6% de IOF também serão cobrados nas renovações, repactuações ou assunções de dívida externa.

Repercussão

ALEXANDRE TOMBINI

PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

"O BC continua trabalhando para que os avanços continuem em ambiente de estabilidade monetária e solidez financeira"

Exceção

"Ainda que tenhamos críticas ao País do ponto de vista macroeconômico, o **Brasil** está melhor do que países da Europa e os EUA", diz o economista da PUC-SP Antonio Corrêa de Lacerda.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PORTOS DO NORDESTE E NORTE EXPORTAM MAIS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Alexandre Inacio | De São Paulo

A cada ano que passa os portos das regiões Norte e Nordeste do país ampliam sua participação na exportação brasileira de grãos. Dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Mdic) mostram que os três principais canais de escoamento nas duas regiões - Itacoatiara (AM), Santarém (PA) e Salvador (BA) - já representam 10% de todo o volume de soja e milho exportados pelo país. Há 15 anos, os embarques dos produtos por essas saídas sequer apareciam nas estatísticas.

Com a maior relevância dos portos do Norte e Nordeste, cai a cada ano o peso que os três grandes portos do Sul e Sudeste - Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS) - têm para as exportações de soja e milho.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, 85% de todo o volume de soja e milho exportado pelo país em 1996 passaram por um dos três portos localizados mais ao sul. Ao fim do ano passado, de toda a soja e milho que saíram do Brasil, "apenas" 67% passaram por Santos, Paranaguá e Rio Grande.

E ao que tudo indica, a tendência é que os portos instalados ao norte do país ganhem mais importância em detrimento dos demais. "Esse processo de migração é irreversível e não tem mais volta, entre outros motivos porque há um esgotamento da infraestrutura do Sul e Sudeste", afirma Mauro Osaki, pesquisador do Centro de Pesquisas Avançadas em Economia Aplicada (Cepea). Segundo o pesquisador, existe uma grande dificuldade em expandir o tamanho do calado dos portos, bem como a área destinada aos cais dos portos.

Um item importante que explica, em parte, essa migração são os custos do frete. Um exemplo: o transporte da soja originada em Campo Novo dos Parecis (MT) até Paranaguá ou Santos custa,

respectivamente, R\$ 212 e R\$ 218 por tonelada. Já para o transporte até Porto Velho (RO), onde a soja segue de barcaça até Itacoatiara, o frete é de R\$ 115 por tonelada.

Apesar da perda de participação relativa, em termos absolutos os portos do Sul e Sudeste ainda estão entre os que mais movimentam grãos. No ano passado, Santos, Paranaguá e Rio Grande exportaram, juntos, 26,7 milhões de toneladas de soja e milho. Já os portos do Norte e Nordeste embarcaram pouco mais de 4 milhões de toneladas entre os dois principais grãos.

"Os portos de Santos e Paranaguá ainda são muito competitivos, mas o crescimento médio dos últimos anos registrados nos portos do norte é muito maior que os do sul", afirma Sérgio Mendes, diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Ele lembra que um dos motivos que fez Paranaguá perder espaço, especialmente na soja, foi a proibição das exportações de transgênicos no governo Roberto Requião. A soja transgênica produzida no Paraná era obrigada a deixar o Estado por outros portos.

Nos últimos 15 anos, as exportações de soja pelo porto de Santos cresceram em média 16% ao ano. No mesmo período, Paranaguá avançou 11% em média a cada ano. Desde que começou a figurar entre umas das saídas para a soja, em 2004, as exportações pelo porto de Santarém cresceram em um ritmo de 26% ao ano.

Mesmo com a ainda elevada competitividade dos portos do Sul e do Sudeste, Mendes acredita que as saídas pelo norte ganham espaço em decorrência do próprio avanço da agricultura nas regiões das chamadas novas fronteiras agrícolas, que já não são tão novas assim. Entram nessa análise os Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e também municípios do norte e noroeste de Mato Grosso.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que na safra 1995/96, os Estados das regiões Norte e Nordeste, juntamente com Mato Grosso, respondiam por 22% da **produção** nacional de grãos, ficando os 78% divididos entre as regiões, Sul e Sudeste, em conjunto com os Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. Para a safra 2010/11, considerando a mesma divisão, a proporção já está em 32% para o primeiro grupo e 68% para o segundo, em

um claro sinal do crescimento do agronegócio nessa área do país.

"Acredito que haverá um balanceamento maior entre os portos do Norte-Nordeste com os do Sul-Sudeste para as **exportações** de grãos. Mas é uma ilusão achar que as filas que vimos neste ano em Paranaguá motivarão a expansão e um esforço político para os portos do norte", diz Osaki.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES ESTUDA PARCERIAS PARA ACELERAR LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FUNDO AMAZÔNIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Vera Saavedra Durão | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**) pretende acelerar os desembolsos do Fundo Amazônia, que administra há 18 meses, lançando, a partir deste trimestre, consulta pública dirigida à organizações não governamentais (ONGs), associações e comunidades que atuam na região amazônica.

O objetivo é fazer parcerias para fomentar o desenvolvimento de pequenos projetos comprometidos com a redução do desmatamento da floresta, disse Guilherme Accioly, chefe interino do departamento para gestão do Fundo Amazônia.

Do total de US\$ 1 bilhão que o governo da Noruega se comprometeu a doar ao fundo, o **BNDES** conta com R\$ 650 milhões em caixa, dos quais R\$ 200 milhões foram contratados para financiar 15 projetos e R\$ 12 milhões foram desembolsados. A agência alemã KFW doou US\$ 30 milhões. Todos os recursos doados ao fundo são não reembolsáveis.

A ideia da parceria com ONGs ganhou força no banco depois que os operadores do Fundo Amazônia receberam, semana passada, a visita de Hans Brattskar, diretor da iniciativa internacional sobre o clima e floresta do governo da Noruega. Brattskar elogiou o **BNDES** pelo apoio de R\$ 9,3 milhões dados ao Fundo Dema, criado há dez anos pela ONG Fase, do Rio.

"O projeto da Fase inaugura um sistema de parcerias que a gente tende a fazer mais. Já apresentamos nosso plano ao Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), presidido pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ", informou Accioly.

O Fundo Dema recebeu esse nome em homenagem a Ademir Alfeu Federicci, dirigente sindical dos trabalhadores rurais de Medicilândia (PA), assassinado em agosto de 2001. Foi criado pela Fase com recursos

da venda de 6 mil toras de mogno apreendidas, doadas à ONG pelo Ibama.

O Dema atua como um fundo fiduciário, cujos ganhos financeiros são destinados a projetos sociais, ficando o capital inicial preservado. O modelo foi definida no contrato de doação do Ibama. O contrato com o **BNDES** prevê que a entidade passe a usar os recursos repassados pelo Fundo Amazônia para financiar atividades produtivas sustentáveis na região e contratar recursos para comunidades de indígenas e quilombolas.

Letícia Rangel Tura, diretora-executiva da Fase, disse que o financiamento do **BNDES** permite ampliar o apoio do Fundo Dema aos projetos socioambientais de várias comunidades locais. Letícia avalia que "a experiência de apoio à Fase pode representar para o banco uma oportunidade de rever critérios atuais, de modo a viabilizar o acesso de movimentos sociais e organizações de base na Amazônia aos recursos do Fundo Amazônia, numa escala compatível com os recursos disponíveis".

Adriana Ramos, da ONG Instituto Socio Ambiental (ISA), considera "muito boa " a iniciativa do **BNDES** de buscar parcerias com ONGs e outras instituições para agilizar a liberação de recursos do Fundo Amazônia.

Mas destaca que "a parceria precisa ter divisão de responsabilidades".

Segundo ela, o acerto entre **BNDES**, Fase e outras ONGs beneficiadas mostra um grau de responsabilidade e risco maior do contratado do que do banco, "que está administrando recurso de doação, que não é dele".

No caso do Fundo Dema, Adriana observa que, se uma organização apoiada por ele não prestar os serviços adequados, a Fase será responsável e terá que

se entender com o **BNDES**. "Isso não é parceria. Parceria é compartilhar risco", diz.

Accioly reagiu às críticas feitas ao **BNDES** por ONGs e outras entidades, que reclamam da morosidade na liberação dos recursos do Fundo **Amazônia** e da burocracia no processo de aprovação. "O banco está pouco acostumado a lidar com recursos não reembolsáveis. Temos pouca experiência e estamos aprendendo", disse Accioly.

Adriana elogiou o **BNDES** pela melhora em alguns processos, como maior disponibilidade de informação para os interessados nos recursos doados pela Noruega e Alemanha. "Agora, precisamos de mais transparência nos critérios que fazem um projeto ser aprovado ou não pela equipe do **BNDES**."

O **BNDES** já liberou verba para oito projetos. Três se destinaram aos governos do Pará (R\$ 15,9 milhões), Acre (R\$ 60 milhões) e **Amazonas** (R\$ 20 milhões), para fortalecer as secretarias de Meio Ambiente. Outros que

receberam recursos foram a Fundação Amazonia Sustentável (R\$ 19,3 milhões), Funbio (R\$ 20 milhões), Imazon (R\$ 9,7 milhões), The Nature Conservance (R\$ 16 milhões) e Fase (R\$ 9,3 milhões).

"A tendência do desembolso do Fundo **Amazônia** é crescente. Nosso horizonte é liberar US\$ 1 bilhão em processo de doação pelo governo da Noruega num horizonte de cinco a seis anos", disse Accioly.

O Fundo **Amazônia** é candidato ao prêmio "Future Policy Award 2011", que escolherá as políticas florestais mais inspiradoras e inovadoras que contribuem para gestão, conservação e **desenvolvimento** sustentável de florestas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL QUER PARCERIA MAIOR COM A CHINA PARA CONSTRUIR SATÉLITES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

O governo brasileiro aproveitará a visita da presidente Dilma Rousseff à China para discutir com os chineses a ampliação do programa de cooperação em matéria de satélites. O programa sofreu atrasos e o próximo lançamento, do satélite conhecido como CBERS-3, programado originalmente para 2009, deverá ser adiado, mais uma vez, para 2012. Ainda assim, é apontado como o mais bem sucedido programa de cooperação científica e tecnológica entre países emergentes e tem incentivado o **desenvolvimento** de equipamentos sofisticados em empresas brasileiras.

"Queremos diversificar, ver possibilidades de trabalho conjunto com a China", disse o diretor de Satélites, Aplicações e **Desenvolvimento** da Agência Espacial Brasileira (AEB), Thyrso Villela. O programa CBERS, hoje, é voltado à construção de satélites para captação de imagens da superfície da Terra, com aplicações na agricultura, no controle de desmatamento, na atuação contra catástrofes naturais e em outras atividades sujeitas a sensoriamento remoto.

A AEB acredita que pode aumentar a cooperação com os chineses em técnicas de sensoriamento remoto, interpretação de dados e estudos científicos como os realizados sobre o clima espacial. "Queremos intercâmbio de técnicos, simpósios, cursos mais extensos, de onde podem surgir outras ideias **importantes** para a diversificação", acrescenta o chefe da assessoria de Cooperação Internacional da AEB, Carlos Campelo. A cooperação em ciência e tecnologia será objeto de um seminário, com a presença da presidente.

O programa de cooperação entre chineses e brasileiros teve de enfrentar bloqueio de componentes sensíveis por parte dos Estados Unidos, onde a lei de controle no tráfico de armas (Itar) proíbe a venda de produtos americanos com determinadas tecnologias

passíveis de uso militar. É forte a sensibilidade no Congresso e no Executivo americanos contra a venda de componentes e artefatos eletrônicos sofisticados à China e subsistemas criados no **Brasil** para o satélite binacional sofreram atrasos e remodelações provocadas pelo veto ao embarque de componentes comprados e faturados de firmas americanas.

"Não é simples, há uma lista de produtos sujeitos ao Itar, mas ela é constantemente atualizada", diz Vilella.

A proibição de compra de um componente pode exigir o redesenho de todo um equipamento, como ocorreu com a Opto, firma brasileira de artefatos ópticos para uso médico que, após trabalhar com o Centro Tecnológico da Aeronáutica para **desenvolvimento** de mísseis teleguiados, foi escolhida, em concorrência, para fabricar câmeras para os satélites sino-brasileiros. "Houve componentes que compramos, pagamos e, quando iam ser embarcados, o fornecedor nos telefonou avisando que não poderia nos enviar a encomenda", diz o diretor-comercial da Opto, Antônio Fontana.

O veto americano acabou servindo de estímulo para **desenvolvimento** de tecnologia nacional, "Itar free", ou livre de risco de embargo, como foi classificada a câmera apresentada no ano passado pela Opto, para o CBERS-3. Obrigados a trocar componentes eletrônicos por circuitos, maiores, os técnicos da empresa usaram o conhecimento em óptica para reduzir o tamanho das lentes da câmera.

O programa espacial hoje responde por 30% a 50% do faturamento da empresa, que chegou a pouco mais de US\$ 70 milhões em 2010. A tecnologia desenvolvida para o satélite já foi usada em artefatos para uso médico, como o laser de uso oftalmológico.

Os atrasos no programa espacial levaram a AEB a aproveitar equipamentos criados para o CBERS-2 para enviar ao espaço, em 2007 o CBERS-2B, em lugar do CBERS-3, que se pensou em lançar ainda em 2009.

O CBERS-3, primeiro a ter 50% de componentes feitos no Brasil, nos testes recentes, mostrou problemas em um de seus subsistemas, chamado pelos técnicos de

"atitude", que permite ao satélite controlar a direção em que são apontados seus instrumentos. Foi um dos motivos para se decidir pelo adiamento de sua colocação em órbita, para 2012.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO SETORES DE <u>PRODUÇÃO</u> PADRONIZADA DEMITEM E <u>IMPORTAM</u> DA CHINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Lamucci | De São Paulo

A feroz concorrência chinesa no mercado brasileiro causa grandes estragos a empresas que produzem bens manufaturados com características de "commodities". Em segmentos como válvulas industriais, elevadores e ferramentas, os produtos mais simples e padronizados têm sido duramente atingidos pela competição asiática. Para sobreviver, muitas companhias passam a importar o que antes produziam ou compravam de outras empresas no país, reduzindo o número de empregados. O câmbio valorizado, o peso dos impostos e o alto custo do capital e da mão de obra complicam a vida desses setores, dizem empresários.

Presidente da câmara setorial de válvulas industriais da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Pedro Lucio diz que, dos 72 associados, 80% já importam 100% do que vendem.

Em 2005, esse percentual era de 40% a 50%. Segundo ele, são empresas que atuam no segmento de "válvulas-commodities", uma referência a produtos padronizados e com baixo valor agregado. Nesse segmento, o produto chinês é 60% mais barato que o brasileiro. "Com essa diferença de preços, as empresas brasileiras não conseguem concorrer." O setor, que tinha cerca de 13 mil empregos em 2008, emprega hoje cerca de 7 mil pessoas, segundo suas estimativas.

Lucio diz que ainda é viável produzir aqui válvulas com maior diferenciação. É o caso dos produtos fabricados por sua empresa, a RTS, que faz as chamadas válvulas borboleta. No entanto, para manter a competitividade, Lucio importa, desde o ano passado, um componente da China, o que lhe permitiu reduzir o preço final do produto de 20% a 30%. A parte de sua produção vendida para a Petrobras, porém, não leva

essa peça, para garantir o índice de nacionalização exigido, de 90%.

O empresário relata que, mesmo com a redução de preços obtida com o componente chinês, conseguiu apenas manter o faturamento de 2010 no nível do de 2009, que ficou 40% abaixo do de 2008, por conta dos efeitos da crise. Lucio diz que demitiu 70 de seus 180 funcionários em 2009, mantendo desde então um quadro de 110 empregados. O empresário se queixa do custo dos insumos - "o quilo do aço inoxidável, que no Brasil sai por R\$ 34, custa US\$ 3 pouco menos que R\$ 5 na China" - e também do aumento dos custos salariais - em 2010, o reajuste dos trabalhadores da categoria foi de 9,52%. Com o câmbio valorizado e a carga tributária, fica difícil competir com os produtos, especialmente os chineses, diz ele.

A situação também é bastante complicada para os fabricantes de elevadores, diz Jomar Cardoso, presidente do Sindicato das Empresas de Elevadores de São Paulo (Seciesp). Segundo ele, 50% do que é vendido por aqui vem do exterior. "Em 2005, esse percentual ficava em 20% a 30%", afirma, observando que há muitos componentes importados. "Em cinco anos, não haverá mais indústria brasileira de elevadores", diz Cardoso, presidente da Elevadores Villarta.

Como no caso das válvulas industriais, Cardoso diz que os produtos chineses são extremamente competitivos no caso dos elevadores padronizados. Segundo ele, saem pela metade do preço de um fabricado por aqui, contando ainda com uma melhora expressiva de qualidade nos últimos anos.

A competitividade do produto brasileiro é maior em elevadores especiais. A Villarta faz hoje um de 10 toneladas para a Anglo American. A empresa, porém, também compra produtos mais padronizados da China, o equivalente hoje a 30% de suas vendas. "Em 2005, eu não importava quase nada. Em 2009, esse percentual já

era de 20%. No fim deste ano, pode chegar a 50%." Cardoso diz que a sua empresa conseguiu aumentar o faturamento em cerca de 20% em 2010, esperando crescer mais 15% neste ano, pelo menos.

Hoje, a Villarta tem 55 funcionários, 30 a mais do que tinha em 2005. "Mas eu poderia ter o dobro se fabricasse tudo aqui", afirma ele, para quem a indústria local deixou de aproveitar as oportunidades geradas pelo boom do **mercado** imobiliário.

"Dos 25 mil empregos que o setor gerava há cerca de 13 anos, hoje restam pouco mais de 10 mil vagas", lamenta ele, apontando os pesados encargos trabalhistas e o câmbio valorizado no **Brasil** como dois dos grandes responsáveis pela falta de competitividade do produto brasileiro em relação ao chinês, que se beneficia também da enorme escala de **produção**.

Procuradas, as três maiores empresas do setor, as multinacionais Atlas Schindler, Otis e ThyssenKrupp, não se pronunciaram sobre **importações**. A Otis informou que "os dados não podem ser divulgados por questões estratégicas da empresa". A ThyssenKrupp foi na mesma linha, dizendo que não "divulga informações de cunho estratégico". A Atlas Schindler afirmou não fornecer dados sobre **importações** e **exportações**.

A concorrência chinesa também atinge as empresas filiadas ao Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo (Sinafer), diz o presidente da entidade, Milton

Rezende. Segundo ele, no caso de ferramentas simples, como martelo, chave de fenda e alicate, o custo do produto chinês pode ser de 50% a 70% mais baixo.

Também estão sofrendo muito as empresas que faziam a usinagem de peças para outros setores da indústria, como a automobilística e a de eletrodomésticos, afirma Rezende. As empresas desses segmentos, diz ele, passaram a **importar** boa parte dos componentes, diminuindo muito as encomendas no **mercado** interno.

Segundo Rezende, há casos de ferramentas de primeira linha fabricadas em países desenvolvidos, como EUA, Japão e Europa e 25% a 40% mais baratos que as produzidas no Brasil. Ele estima que 30% dos produtos vendidos hoje do setor são **importados**, dos quais dois terços devem vir da China. Há três anos, o percentual de bens vindos de fora não chegava a 10%, afirma Rezende, destacando o impacto negativo sobre o emprego. O segmento, que em 2008 empregava 282 mil trabalhadores no país todo, terminou 2010 com 265 mil. Também no setor a competitividade brasileira é maior em produtos um pouco mais diferenciados, como ferramentas de alta precisão.

Para Rezende e Cardoso, a situação de seus segmentos evidencia o processo de desindustrialização, com o avanço dos produtos estrangeiros, principalmente asiáticos, ganhando mais espaço e, com isso, reduzindo o nível de emprego.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CHINA AVANÇA EM NOVOS SETORES E DESTRÓI EMPREGOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Lamucci | De São Paulo

Empresas brasileiras que fabricam produtos manufaturados mais simples e padronizados enfrentam grandes dificuldades com a concorrência chinesa. Nos setores de válvulas industriais, elevadores e ferramentas, quem produz bens de baixo valor agregado tem sido duramente atingido pela competição asiática. Para reagir, muitos passaram a importar o que antes fabricavam ou compravam de outras empresas no país, um movimento que provoca demissões. O dólar barato (fechou ontem a R\$ 1,609), a carga tributária, os juros altos e o custo da mão de obra atrapalham a vida desses setores, dizem empresários.

Dos 72 associados da câmara setorial de válvulas industriais da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), 80% já importam 100% do que vendem. Em 2005, essa fatia era de 40% a 50%, diz Pedro Lucio, presidente da câmara. Segundo ele, são empresas que atuam no segmento de "válvulas-commodities" - uma referência a produtos padronizados. O produto chinês, nesse caso, é 60% mais barato que o brasileiro. Com 13 mil trabalhadores em 2008, o setor emprega hoje cerca de 7 mil pessoas, estima Lucio.

A situação também é complicada para os fabricantes de elevadores, diz Jomar Cardoso, presidente do sindicato do setor no Estado de São Paulo (Seciesp). Segundo ele, 50% do que é vendido no Brasil vem do exterior. "Em 2005, esse percentual ficava em 20% a 30%", afirma Cardoso, presidente da Elevadores Villarta. "Dos 25 mil empregos que o setor gerava há cerca de 13 anos, hoje restam pouco mais de 10 mil postos".

O presidente do Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo (Sinafer), Milton Rezende, é outro a relatar as dificuldades. O setor, que em 2008 empregava no Brasil 282 mil trabalhadores, encerrou 2010 com 265 mil vagas. No caso de ferramentas simples, o custo do produto chinês pode ser de 50% a 70% mais baixo. Ele ressalta também as dificuldades das empresas que faziam a usinagem de peças para outros setores da indústria, como a automobilística e a de eletrodomésticos. Essas companhias passaram a importar componentes, diminuindo as encomendas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO AGÊNCIA ELEVA NOTA DO BRASIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PIB maior faz avaliação mudar, mas Fitch alerta para dívida do governo

Bruno Rosa

. RIO e BRASÍLIA. A agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de risco soberano do **Brasil** de "BBB-" para "BBB", com perspectiva estável. O país, que já tem grau de investimento desde maio de 2008, subiu mais um degrau na avaliação devido à taxa de crescimento potencial da economia para este ano, entre 4% e 5%. Contribuíram também fatores como os cortes nos gastos em 2011 e a redução nos empréstimos do Tesouro Nacional ao **BNDES**. A Moody's também já afirmou que pode aumentar a nota do Brasil na primeira metade deste ano e a Standard & Poor's mantém perspectiva estável para a nota "BBB-".

Segundo Rafael Guedes, diretor-executivo da Fitch Ratings no Brasil, o ritmo do crescimento do país deverá permanecer forte, com o avanço da demanda doméstica e o crescimento da classe C. Após avanço de 7,5% em 2010, a Fitch espera uma "aterrissagem suave" da economia, com expansão de 4% no ano. Assim, terá mais capacidade de absorver choques externos.

- A média de crescimento na última década ficou entre 2% e 3%. Hoje, há um potencial maior. Mas é preciso reduzir o endividamento bruto do governo e elevar investimentos - diz. Tombini: avanços devem continuar em ambiente de estabilidade Rubens Penha Cysne, diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), afirma

que a avaliação poderia ser mais positiva se o Brasil estivesse mais centrado em ações de correção fiscal.

Roberto Gonzalez, da Trevisan Escola de Negócios, disse que a Copa do Mundo e as Olimpíadas farão com que o país aloque mais recursos em infraestrutura, tornando-o mais atraente para investimento externo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a elevação da nota do **Brasil** pela Fitch representa um reconhecimento de que a economia é sólida e não apresenta riscos.

- Esse upgrade da Fitch é o reconhecimento de que a economia está cada vez mais sólida, não apresenta riscos e está sendo bem avaliada inclusive pelas empresas de rating. O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, também mencionou o reconhecimento, mas deixou claro, em nota, que o upgrade não muda a orientação a política do BC: "As boas notícias, contudo, não diminuem a determinação do BC em continuar trabalhando para que os avanços obtidos até agora continuem a ocorrer em um ambiente econômico de estabilidade monetária e solidez financeira".

COLABORARAM Martha Beck e Geralda Doca

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dólar testa novo piso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Moeda americana chega a R\$1,609 e aumenta a procura por viagens internacionais

Lucianne Carneiro, Fabiana Ribeiro, Martha Beck e Vivian Oswald

Ao comentar a elevação da nota do Brasil e a possibilidade de isso atrair mais dólares ao país, acentuando a valorização do real, o ministro da Fazenda Guido Mantega afirmou:

- O governo vai continuar fazendo medidas para conter o excesso de dólares - disse, para em seguida acrescentar: - Mas é melhor ter esse problema de excesso de dólares do que o problema do passado, de falta de dólares.

Embora já tenha criado uma espécie de punição para os bancos que atuam com excessiva posição de câmbio vendida - que ocorre quando há aposta de queda do dólar -, a equipe econômica estuda agora torná-la ainda mais dura.

No arsenal em discussão, continuam ações como novas altas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) ou algum tipo de quarentena para o ingresso de capital estrangeiro no país.

BC fez dois leilões para forçar alta

A queda do dólar ontem ocorreu mesmo após o Banco Central (BC) fazer dois leilões de compra no mercado à vista, com valor estimado em US\$500 milhões. Durante o dia, a moeda chegou a cair 0,37%, a R\$1,606. Na máxima do dia, chegou a R\$1,620 (alta de 0,49%). Para o gerente da mesa de câmbio da Advanced Corretora, Reginaldo Siaca, o governo tem se mostrado sem muito poder de fogo:

- Acho que o dólar vai buscar um novo piso, de R\$1,55, a não ser que o governo venha com medidas muito mais fortes. A moeda americana só não está mais

baixa por causa da tragédia no Japão e dos conflitos na Líbia.

Sócio da Consultoria Tendências, o economista Nathan Blanche avalia que as ameaças de autoridades do governo sobre medidas para restringir a entrada de dólares têm sido o principal estímulo para o forte ingresso da moeda no país desde janeiro:

- Não tenho dúvida de que há uma antecipação dos agentes e o principal fator para esse influxo são as ameaças que vêm ocorrendo. Quem precisava ingressar, fosse para a quitação de uma dívida, ou outro motivo, já o fez.

O dólar barato já está levando mais gente a buscar viagens internacionais. Nas agências, ainda há pacotes de férias para Disney em julho, porém a tarifas mais altas. No Grupo Pacífica, o preço está de 15% a 20% mais alto do que há três meses. Já a passagem aérea para Orlando custar até 50% mais.

As casas de câmbio festejam o maior movimento. Segundo Waldir Junior, sócio-diretor da Pioneer Câmbio, a baixa cotação da moeda americana é apenas um dos fatores. Renda maior, parcelamentos mais longos e passagens aéreas mais em conta também pesam. Em sua casa de câmbio, as negociações de venda do dólar turismo mais que dobraram em um ano. Ontem, a empresa movimentou mais de US\$250 mil, bem acima dos US\$150 mil registrados de 1º a 4 de abril de 2010.

- Chegou a faltar dólar sexta-feira. Agora, faço entregas em bairros como Méier, Bangu, Santa Cruz, Campo Grande. Ano passado, a venda era localizada em bairros como Leblon, Ipanema, Barra e Botafogo - disse Junior, ressaltando que o tíquete médio caiu de US\$7 mil para US\$1.500. - A classe média alta não alterou a compra, mas a classe C passou a comprar mais.

João Cavalcante já fechou sua viagem para os EUA há três semanas, com a mulher e a cunhada. Por 15 dias, vai a Califórnia e Las Vegas. O custo será de R\$5 mil por pessoa.

- Desde 2008, não se vê um **dólar** tão baixo. Amanhã (hoje) começo a comprar **dólar** - disse Cavalcante.

Ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou a base de incidência do novo IOF sobre captações externas de empresas. A medida publicada na semana passada aumentava a tributação apenas para novas operações. A resolução de ontem incluiu renovações e assunções (quando uma empresa repassa o contrato a outra).

Outra medida que está em estudo, no governo, é uma nova limitação para a aposta dos bancos da queda do **dólar**. Em janeiro, foi anunciado que, em 90 dias, seria cobrado um depósito compulsório de 60% para as instituições cuja posição vendida excedesse US\$3 bilhões

ou seu patrimônio de referência. A exigência entrou em vigor ontem. Quando foi anunciada a restrição, a posição vendida dos bancos estava em US\$16,8 bilhões, sendo que a expectativa era que a medida levasse à compra de, pelo menos, US\$7 bilhões para zerar posições e escapar do compulsório. Os dados do BC de fevereiro mostram que a posição vendida fechou o mês em US\$12,7 bilhões.

COLABORARAM: Flávia Barbosa e Ronaldo D'Ercole

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO DESONERAÇÃO PODE REDUZIR PREÇO DO TABLET BRASILEIRO EM MAIS DE 30%		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sabrina Craide

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Os tablets produzidos no Brasil poderão ter uma redução de preço de até 31% na comparação com o similar importado, por causa da redução de impostos que incidem sobre o produto. A estimativa do Ministério das Comunicações é que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) caia de 15% para 3% e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tomando São Paulo como exemplo, passe de 18% para 7%.

Na sexta-feira passada (1º), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) colocou em consulta pública as condições para a inclusão dos tablets (computador portátil em forma de prancheta, sem teclado físico e com tela sensível ao toque) no Processo Produtivo Básico, que possibilita a desoneração do equipamento.

O PPB estabelece as etapas de fabricação mínimas que as indústrias deverão cumprir para obter os benefícios fiscais. A portaria do governo estabelece percentuais de produção nacional de peças e componentes dos tablets, como placas de circuitos,

carregadores de bateria, módulos de memória e tela sensível ao toque (touch screen). Os percentuais de conteúdo nacional serão aumentados gradativamente até 2014.

Caso os percentuais não sejam alcançados, a indústria ficará obrigada, no ano seguinte, a compensar a diferença, que não pode passar de 5%. As fabricantes dos tablets deverão encaminhar anualmente ao governo um relatório com informações sobre os percentuais estabelecidos e os insumos adquiridos no mercado nacional.

As contribuições podem ser enviadas até o dia 15 ao MDIC por carta (Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 518, 5º andar, Brasília - DF), pelo fax (61) 2027-7097 ou por e-mail: cgice@Mdic.gov.br.

Edição: Vinicius Doria

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO EXPECTATIVA DE SALDO DA BALANÇA COMERCIAL MELHORA, INDICA BANCO CENTRAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Stênio Ribeiro

Repórter da Agência Brasil

Brasília - As expectativas do mercado financeiro para o saldo da balança comercial (exportações menos importações) melhoraram pela quarta semana seguida, de acordo com o boletim Focus, divulgado hoje (4) pelo Banco Central (BC). A estimativa de superávit este ano subiu de US\$ 15,50 bilhões, na pesquisa anterior, para US\$ 16,10 bilhões. Para 2012, a projeção aumentou de US\$ 9 bilhões para US\$ 10 bilhões. Essa melhora tem impacto direto nas expectativas da conta-corrente externa, que envolve toda a movimentação comercial e financeira. Os analistas financeiros ouvidos pelo BC estimam que o déficit no final do ano será de US\$ 62,45 bilhões e não mais de US\$ 63,20 bilhões, como previsto na semana passada. Essa projeção cai há seis semanas.

O boletim Focus prevê ligeiro aumento, de 39,40% para 39,50%, na relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas no país neste ano. Para 2012, a perspectiva melhora para 38%.

Os analistas financeiros melhoraram a projeção de crescimento da produção industrial, de 4% para 4,08% neste ano, mas reduziram de 4,70% para 4,65% a estimativa para o ano que vem. Eles mantiveram a expectativa de 4% para o crescimento do PIB neste ano. Em 2012, a expansão deve ser de 4,30%.

Os cálculos são feitos com base em projeções que indicam a taxa básica de juros (Selic) em 12,25% no final deste ano, caindo para 11,25% no ano que vem, e a cotação do dólar norte-americano em R\$ 1,70 no encerramento de 2011 e R\$ 1,75 no fim de 2012.

O boletim Focus manteve, ainda, a projeção de que o investimento estrangeiro direto (IED) será de US\$ 44 bilhões neste ano e de US\$ 43,85 bilhões em 2012.

Edição: Juliana Andrade